



PSD p.7

“Cenário macroeconómico é irrealista e irresponsável”



PSD p.11

PSD vai homenagear os presidentes que foram autarcas

POVO LIVRE



nº 1925

1 de junho de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

SEIS MESES DE RETROCESSO



www.psd.pt



■ O presidente do PSD fez o balanço dos primeiros seis meses do XXI Governo Constitucional



Seis meses de retrocesso

“Taticismo e manipulação intelectual”, “deterioração das condições democráticas”, “motivo de justa preocupação para o futuro”, “declínio social, económico e político”, “crescimento objetivamente comprometido”. O presidente do PSD caracterizou desta forma os primeiros seis meses do Governo suportado pela maioria das esquerdas. Numa conferência de imprensa na sede do PSD, em Lisboa, a propósito dos seis meses de mandato do XXI Governo Constitucional, que se assinalaram em 26 de maio, Pedro Passos Coelho lembrou que “os resultados negativos que se observam não permitem ilusões” e deixarão marcas negativas: “O taticismo e a manipulação intelectual que o Governo tem vindo a fazer estão a ir longe demais e estão a deixar sequelas, estes seis meses foram um tempo de deterioração das condições democráticas da nossa vida política”, afirmou.

Considerando que “ambiente qualitativo da democracia política tem vindo a degradar-se”, Pedro Passos Coelho traça um cenário ‘negro’ e defende que, ao ter escolhido este caminho, o executivo socialista liderado por António Costa “optou conscientemente por uma linha de retrocesso democrático que está a conduzir Portugal para o declínio social e económico e também para o declínio político”.

Na declaração que proferiu antes das perguntas dos jornalistas, o líder do PSD recordou os dados “negativos” que têm sido revelados nos últimos meses e que mostram a queda dos indicadores de confiança e dos indicadores de atividade económica. “Os resultados objetivos desta governação são esclarecedores e constituem, para os portugueses, um motivo de justa preocupação para o futuro”, disse, lamentando a inversão de praticamente todos os indicadores relevantes do progresso que o país foi registando desde a recuperação económica de 2014.

Falando na queda do investimento, na interrupção do “ciclo virtuoso” iniciado pelas exportações há vários anos, Passos Coelho anteviu um resultado de crescimento económico do conjunto do ano “claramente abaixo” do registado o ano passado, “com tudo o que isto implica para as metas de criação de emprego e de melhoria de desempenho orçamental que são necessárias”.

Além disso, acrescentou, o saldo externo começou a deteriorar-se, a perceção externa sobre o que se passa em Portugal alterou-se radicalmente, penalizando as condições de financiamento do Estado.

Além da análise negativa aos seis meses do Governo, Passos Coelho retomou as críticas à “linha de retrocesso democrático” seguida, classificando as reversões efetuadas ou em curso, nomeadamente na TAP, na educação, na saúde, na reforma do IRC, entre outras, como “um desastre”.

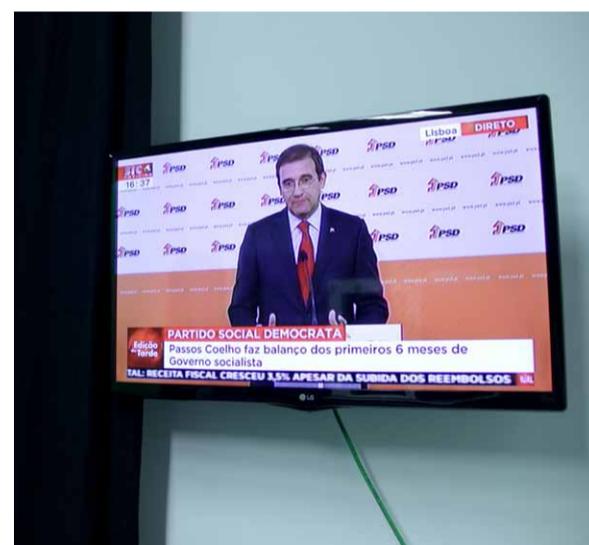
Por outro lado, continuou, nestes seis meses assistiu-se também à “deterioração das condições democráticas” da vida política, onde “o diálogo não é mais do que uma fachada” para “um Governo que capitula perante todas e quaisquer exigências das forças sindicais”.

“Com a bandeira do diálogo e da concertação numa mão, o Governo usou a outra para calar os críticos e mascarar a realidade”, disse, falando igualmente num executivo “refém dos seus próprios acordos” com os partidos que sustentam o executivo no parlamento.

“Enquanto isso, o interesse nacional fica por defender, porque o que tem importado ao Governo é assegurar a sobrevivência desta solução governativa”, acrescentou, sublinhando a forma como “arrogantemente” o Governo rejeita quaisquer críticas e foge às perguntas.

“Hoje no parlamento não há nenhuma discussão de política”, mas apenas um “enumerado de rótulos, de máximas”, quando “não raras vezes se recorre ao insulto direto”, acrescentou.

O líder do PSD recusou fazer previsões sobre o atual ciclo político, sublinhando que este durará o tempo que os partidos que suportam o Governo decidirem e que as condições do país permitirem. “O ciclo político durará o tempo que as condições do país permitirem e que os partidos que o suportam o Governo decidirem. Não é ao PSD que será imputada responsabilidade por existir uma crise política”, afirmou o presidente social-democrata, durante uma conferência de imprensa realizada na sede do partido.



Insistindo que as legislaturas têm quatro anos e o cumprimento desse calendário depende das forças políticas que compõem a maioria que sustenta o executivo socialista na Assembleia da República - PS, BE, PCP e PEV - o líder do PSD reiterou que os sociais-democratas não regressarão ao Governo “senão depois de eleições”. “Espera-se de um Presidente da República que possa cooperar ativamente com os outros órgãos de soberania, nomeadamente com o Governo e que possa colocar-se numa intervenção que se distinga claramente do plano de intervenção dos partidos”, acrescentou.

Aos partidos, continuou, compete mostrarem “não apenas respeito, mas acompanharem aquilo que são as intervenções do Presidente da República e não apenas registá-las, mas tê-las em boa conta”. “O Presidente da República está numa posição que não é partidária”, reforçou.

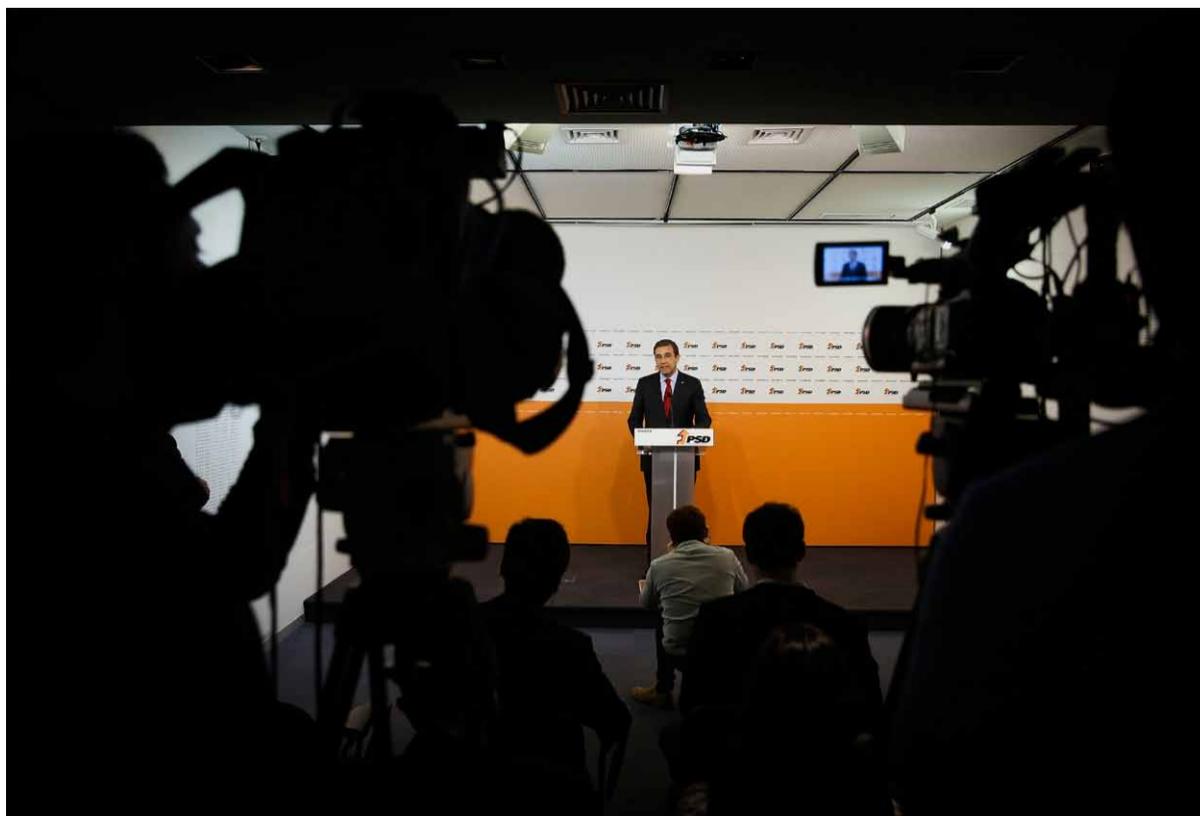
Passos Coelho ressaltou ainda que apesar da política do atual Governo socialista não ter o apoio do PSD, isso não significa que o partido deseje qualquer crise ou instabilidade política.

“Significa é que a transparência democrática exige que quem tem a responsabilidade pela condução da política económica e da política social não fuja às decisões que toma e não venha a imputar a terceiros as consequências das decisões que está a tomar”, frisou, lamentando que muitas vezes pareça ser isto o que o executivo faz.

Objetivo para a economia está comprometido

O líder do PSD considera que o objetivo de crescimento para 2016 estimado pelo Governo está “objetivamente comprometido”, sublinhando que a realidade mostra que a atividade económica está muito longe do que foi anunciado. “Sou conhecido por ser talvez um irritante realista, gosto muito de olhar para a realidade e para ver o que ela nos mostra”, afirmou o presidente social-democrata, durante uma conferência de imprensa realizada na sede do partido, em Lisboa.

Sublinhando que a realidade mostra que a atividade económica está muito longe de estar em linha com aquilo que foi anunciado, Passos Coelho concluiu que “parece estar objetivamente comprometido o objetivo de crescimento” estimado pelo Governo para este ano.



quer do défice estrutural “não comparável com qualquer outro período da sua história e comparável com o que de melhor foi feito ao nível europeu em períodos idênticos”.

Em 2010, disse, partiu-se de um défice nominal de quase 11% para terminar em 2015, “descontado o efeito Banif”, com um défice de 3%.

“O défice estrutural foi algo de uma magnitude muito parecida, de um défice que raiava os 9% para um défice estrutural de cerca de 2%”, referiu, considerando que o esforço estrutural que pode ser atribuído ao Governo que liderou não lhe parece “questionável”.

Declaração

Irão completar-se amanhã seis meses desde que o atual Governo iniciou funções. Os resultados objetivos desta governação são esclarecedores e constituem, para os Portugueses, um motivo de justa preocupação para o futuro. Em apenas 6 meses, e ao contrário da expectativa criada pelo Governo, não apenas se deterioraram como se inverteram mesmo praticamente todos os indicadores relevantes de progresso que o País foi registando desde que iniciou a recuperação económica, nomeadamente desde 2014.

De facto, a generalidade dos indicadores fornecem-nos dados negativos: os principais indicadores de confiança caíram, caíram também, e todos os meses, os indicadores coincidentes de atividade económica.

Os dados relativos à economia e ao emprego apresentaram-se consistentes com estas indicações. Segundo o INE, no primeiro trimestre deste ano a economia quase estagnou em relação aos últimos três meses do ano passado, e em termos anuais, comparado com o primeiro trimestre de 2015, cresceu metade da média europeia, quando até aqui crescia em linha ou ligeiramente acima da média europeia. Apesar do contributo positivo do consumo, o investimento caiu e as exportações interromperam o ciclo virtuoso que tinham iniciado vários anos antes. O objetivo de crescimento económico para este ano está totalmente comprometido e é já quase certo que teremos um resultado claramente abaixo do ano passado para o conjunto do ano, com tudo o que isto implica para as metas de criação de emprego e de melhoria de desempenho orçamental que são necessárias.

Em consequência também disto, o nosso saldo externo começou a deteriorar-se, interrompendo um ciclo positivo de mais de três anos sem paralelo na nossa história democrática. Finalmente, e muito importante, no primeiro trimestre não apenas se agravou ligeiramente o desemprego, como sobretudo a economia viu destruir

Questionado sobre os dados da execução orçamental hoje revelados, que indicam que o défice orçamental, em contas públicas, atingiu os 1.634 milhões de euros até abril, mais 56 milhões de euros do que no mesmo período de 2015, Passos Coelho prosseguiu a análise negativa que tinha feito sobre os seis meses do Governo, sublinhando que mesmo que nos próximos trimestres a economia crescesse a um ritmo cinco vezes superior ao observado no primeiro trimestre, “não cresceria senão 1,2%, contra 1,8 que o Governo prevê”.

E isso, continuou, terá consequências para a política orçamental porque o Estado prevê arrecadar receita em função desse nível de atividade. “Se a atividade não ficar em linha com aquilo que é esperado, se ficar consideravelmente abaixo, então o Estado não vai arrecadar o mesmo nível de receita e se isso não acontecer, se a receita não aumentar mais do que aquilo que está previsto, ficará mais défice por cobrir na ausência de receita”, resumiu, considerando “totalmente imprudente” que o executivo não tenha optado já por fazer ajustamentos à sua estratégia económica e orçamental.

Passos Coelho referiu-se ainda aos dados do passado, referentes ao período em que liderava o Governo de maioria PSD/CDS-PP, lembrando que entre 2010 e 2014 Portugal fez um ajustamento quer do défice nominal,



mais de 48 mil postos de trabalhos, depois de, na parte final de 2015, se ter visto a destruição de quase 14 mil postos de trabalho.

Por outro lado, a perceção externa sobre o que se passa em Portugal alterou-se radicalmente, penalizando as condições de financiamento do Estado. Em particular, as taxas de juro das obrigações portuguesas refletem já a maior desconfiança sobre a capacidade do Governo cumprir com as metas a que se propôs. Desde a posse deste Governo, a diferença entre as taxas de juro a 10 anos portuguesas e espanholas praticamente duplicou e Portugal começou a distanciar-se dos países por que tanto lutou para se aproximar, como é o caso da Irlanda, da Espanha e da Itália, e a ficar mais perto daqueles de quem se pretendia distanciar, como é o caso da Grécia. Isto apesar da ajuda trazida pela política não convencional empreendida pelo Banco Central Europeu, que facilita a compra de dívida portuguesa e a descida das taxas de juro, e apesar da atitude de abertura e cooperação evidenciada pelas autoridades europeias.

Em conclusão, os resultados negativos que se observam não permitem ilusões. São a consequência óbvia e previsível da estratégia errada seguida por este Governo e não será de esperar que o sentido negativo do resultado se altere se se mantiver a mesma orientação estratégica em que se alicerça o Governo e a sua maioria.

Este Governo, para se distinguir do anterior e satisfazer os equilíbrios e as exigências da sua base de apoio radical, quis afirmar-se, como nunca tinha acontecido antes na sociedade democrática, desfazendo ou prometendo desfazer muito do que constituiu o esforço de mudança estrutural realizada nos últimos anos no nosso País, ao mesmo tempo que se propôs seguir um caminho arriscado para as contas públicas e para a credibilidade externa de Portugal.

Ao ter escolhido este caminho, o Governo optou conscientemente por uma linha de retrocesso democrático que está a conduzir Portugal para o declínio social e económico e também para o declínio político.

As reversões efetuadas ou em curso na área económica são um desastre: nas concessões de transportes urbanos de Lisboa e do Porto, onde se permanecerá na instabilidade gerada pelo abuso no exercício do direito à greve e se regressará às necessidades de dispêndio público exagerado; na privatização da TAP, que há quase vinte anos se procurava resolver e que agora se deita pela janela fora por capricho político, com consequências financeiras graves para os contribuintes e possível instabilidade para a companhia; na Lei do Arrendamento, onde se prejudicará a mobilidade e onde se penalizarão aqueles que procuram habitações para arrendar a custos mais baixos e se dificultará o investimento na reabilitação do edificado mais antigo; na reestruturação do sector das águas, onde voltaremos a ver agravado o défice tarifário e dificultada a sustentabilidade das empresas do grupo águas de Portugal, com prejuízo sério para os contribu-



tes; na reposição de feriados e numa condução da política de rendimentos que não estão verdadeiramente ligadas a um compromisso estratégico no âmbito da concertação social e que estão perigosamente desligadas da evolução da produtividade na economia, agravando os custos à cabeça e deixando para depois qualquer avaliação no tocante aos efeitos sobre a competitividade da economia e a viabilidade e sustentabilidade das empresas que suportam o emprego e a atividade económica; na reforma do IRC, pondo em causa as expectativas dos

investidores e penalizando as empresas numa fase crítica de recuperação da economia; na desastrosa reposição das 35 horas no sector público, descontinuando o esforço de convergência que se tinha iniciado com o resto do País e penalizando o esforço fiscal dos contribuintes; na subversão dos mecanismos de seleção e recrutamento dos dirigentes da Administração Pública, demitindo sistematicamente dirigentes nomeados por concurso e nomeando escolhas políticas, com o falso pretexto de querer imprimir uma nova orientação à Administração quando o que se procura de facto é agravar a sua partidarização e afetar a sua independência.

Por outro lado, o fim anunciado dos programas Descentralizar e Aproximar, com os quais se procurou responder a uma nova fase da reforma do Estado e da relação com as autarquias e os cidadãos, suscita incerteza

e gera desconfiança para o futuro.

Também em políticas públicas tão importantes como a Educação e a Saúde, a reversão adquire formas de retrocesso democrático grave, e em alguns casos, como na educação com a definição da rede pública escolar no básico e secundário, trata-se mesmo de uma regressão ao que julgávamos ultrapassado há mais de 30 anos, pondo em causa o rigor e a avaliação da política pública de educação e a qualidade de ensino.

Estes seis meses serviram para recolocar Portugal no radar da desconfiança dos investidores e no palco das reprimendas europeias. E era este o Governo que ia fortalecer a nossa voz na Europa.

O tacticismo e a manipulação intelectual que o Governo tem vindo a fazer estão a ir longe demais e estão a deixar sequelas.

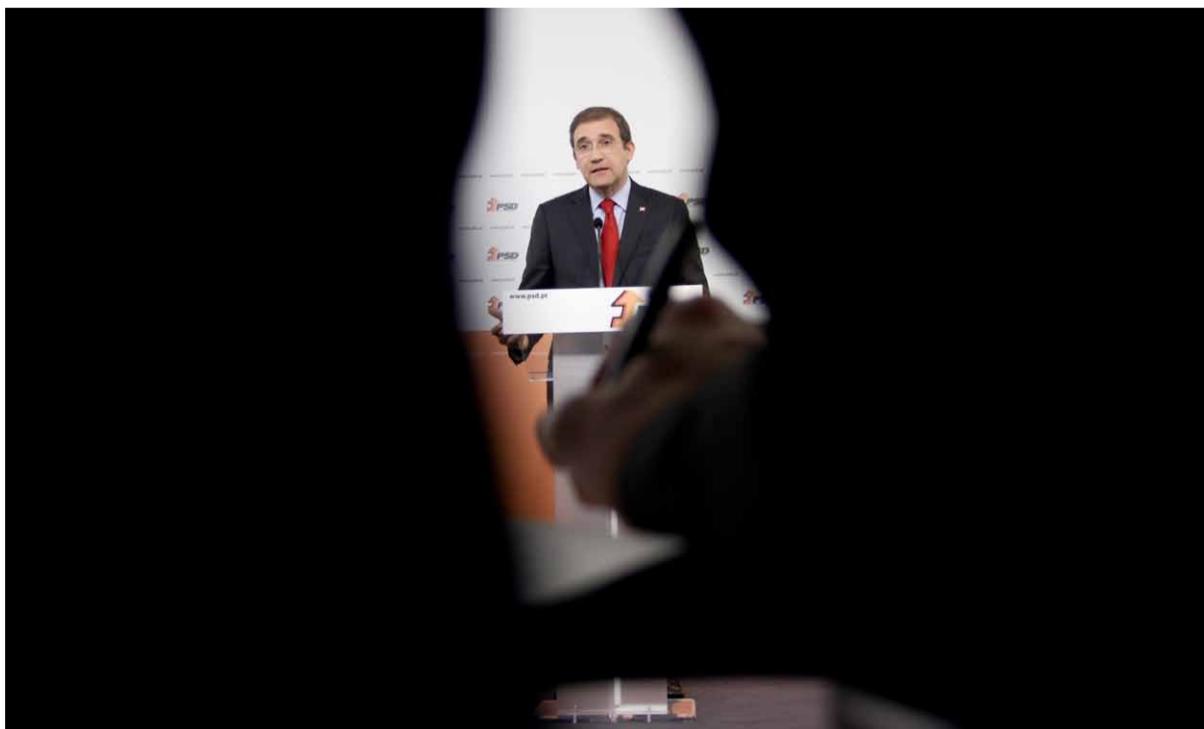
Estes seis meses foram também um tempo e deterioração das condições democráticas da nossa vida política. Com a bandeira do diálogo e da concertação numa mão, o Governo usou a outra para calar os críticos e mascarar a realidade. No Parlamento, a arquitetura engendrada pela maioria resulta sistematicamente no chumbo de propostas apresentadas pelo PSD, e também pelo CDS.

O diálogo não é mais do que uma fachada, porque este é um Governo que capitula perante todas e quaisquer exigências das forças sindicais. Tem sido um Governo refém dos seus próprios acordos, nestes seis meses. Enquanto isso, o interesse nacional fica por defender, porque o que tem importado ao Governo é assegurar a sobrevivência desta solução governativa.

Esta é uma forma de estar na vida política que, arrogantemente, rejeita quaisquer críticas. Não raras vezes, os debates no Parlamento têm servido para que o primeiro-ministro fuja às perguntas que lhe são colocadas. Ainda hoje estamos à espera que o primeiro-ministro responda às perguntas que o PSD lhe enviou sobre a sua intervenção no caso BPI.

Neste quadro político, o ambiente democrático tem vindo, por isso, também a perder qualidade e a deteriorar-se.

O tempo que temos à nossa frente deveria ser aproveitado, com bom senso, para arrear caminho e inverter a estratégia seguida. Se os resultados mostram que quem decide não está a decidir bem, então o melhor é ter a humildade de corrigir e decidir de outro modo. As escolhas que o Governo tem à sua disposição responsabilizam-no totalmente e os resultados do futuro dependerão da capacidade para reconhecer os erros hoje cometidos.



O presidente do PSD no debate quinzenal

“Portugal regrediu em 2011 quando chegou à pré-bancarrota”



No debate quinzenal com o primeiro-ministro sobre a “Execução do Programa Nacional de Reformas”, Pedro Passos Coelho começou por lamentar que António Costa se continue a confundir. Porque, ao contrário do que garante o chefe do Governo, a estratégia de competitividade do PSD não se baseava no empobrecimento. “A falta de competitividade do país é que empobreceu a economia portuguesa e empobreceu os portugueses. Enquanto continuar a fazer alguma confissão com estes conceitos, não é de estranhar que as consequências da nova estratégia que o Governo está a seguir produza os resultados que estão à vista”.

Pedro Passos Coelho confrontou o primeiro-ministro sobre os resultados dos primeiros seis meses governação, alegando que “não estão de acordo com a promessa do próprio Governo”, e perguntou: “Por que é que, no meio de tanto enleio, se fala então de sanções contra Portugal”. “Ó senhor primeiro-ministro, quanto é que Portugal regrediu em 2011 quando chegou à pré-bancarrota, ora diga-me lá?”, questionou Passos Coelho.

O líder do PSD colocou em causa a coerência do primeiro-ministro em matéria de austeridade, perguntando-lhe qual foi a posição oficial do Governo português em relação ao “duro programa de austeridade que o Governo grego apresentou” no Eurogrupo.

Depois de recordar que quando foi primeiro-ministro reduziu o défice estrutural em 6,5 pontos percentuais, o presidente do PSD referiu: “Quando o Governo socialista aprova programas de austeridade para a Grécia está a ajudar a Grécia, quando o Governo anterior aprovava

programas para a Grécia estava a prejudicar a Grécia. Já percebemos o que significa duplicidade de discursos. Enquanto fui primeiro-ministro não fiz dois discursos. Mas parece-me que visitou a Grécia e assinou com o seu colega de Governo um manifesto contra a austeridade. Foi contra esse programa de austeridade ou a favor?”, questionou.

Sobre a governação PSD/CDS-PP, Passos Coelho rejeitou ter seguido uma estratégia “baseada no empobrecimento”, e argumentou que “a falta de competitividade do país é que empobreceu a economia e os portugueses”.

Em seguida, sustentou que os conceitos económicos equivocados de António Costa produziram “os resultados que estão à vista”, abrandamento do crescimento económico, aumento do desemprego e menos 48 mil postos de trabalho no primeiro trimestre.

Durante este debate, a propósito da anterior governação, o primeiro-ministro citou a frase “Só vamos sair desta situação empobrecendo”, atribuindo-a à jornalista Eva Gaspar, que erradamente disse ter sido assessora de Passos Coelho. Passos Coelho corrigiu este erro, dizendo que não teve uma assessora chamada Eva Gaspar, mas sim Eva Cabral, e pediu que esta fosse “citada convenientemente para futuro, se for caso disso”.

Durante o debate, Pedro Passos Coelho acusou o Governo de inação face à greve de estivadores no Porto de Lisboa e questionado o primeiro-ministro sobre quais eram os limites a que se tinha referido: “Quais são esses limites?” Passos Coelho referia-se a declarações feitas na





quinta-feira pelo primeiro-ministro, que prometeu que iria ser feito “um grande esforço negocial ao longo de todo o dia”, acrescentando: “Mas há limites para tudo, e se a solução não for uma solução negociada, terá que ser encontrada outra solução”.

A greve dos estivadores prejudicou as exportações portuguesas e o transporte marítimo para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores. “A senhora ministra do Mar disse alto e bom som: acabaram-se as greves no Porto de Lisboa. Diz agora o senhor primeiro-ministro: hoje é o limite. Portanto, ficamos a perceber que limites para o Governo é um problema de tempo”, observou Passos Coelho.

O presidente do PSD alegou que o executivo do PS considera um “aborrecimento” ter de resolver problemas: “Essa é a autoridade do Governo, e é por isso que o Governo não consegue resolver problemas, antes agrava problemas”.





Conferência de imprensa, após a reunião da Permanente

“Cenário macroeconómico é irrealista e irresponsável”



A vice-presidente do PSD Maria Luís Albuquerque acusou, esta terça-feira, o Governo de ser “irrealista e irresponsável por insistir num cenário macroeconómico em que já ninguém acredita” (a previsão de um crescimento de 1,8% do PIB).

A anterior titular pela pasta das Finanças falava na sede do PSD, para comentar os dados divulgados, em 31 de maio, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), segundo os quais a economia portuguesa cresceu 0,9% no primeiro trimestre de 2016 em relação ao período homólogo do ano passado. “Os dados confirmam o abrandamento do crescimento da economia”, afirmou a dirigente do PSD.

Questionada sobre quais as políticas concretas do atual governo que estavam a travar o crescimento económico, a ex-ministra das Finanças apontou o exemplo da “trapalhada” da lei das 35 horas e o “retrocesso” no setor portuário, a propósito do acordo alcançado com os estivadores do Porto de Lisboa, após uma greve que prejudicou as exportações e lesou o interesse público. “O Governo andou seis meses a assobiar para o lado e quando quis intervir, quis resolver tudo no próprio dia, e acabou a ceder a todas as reivindicações”, disse, subli-

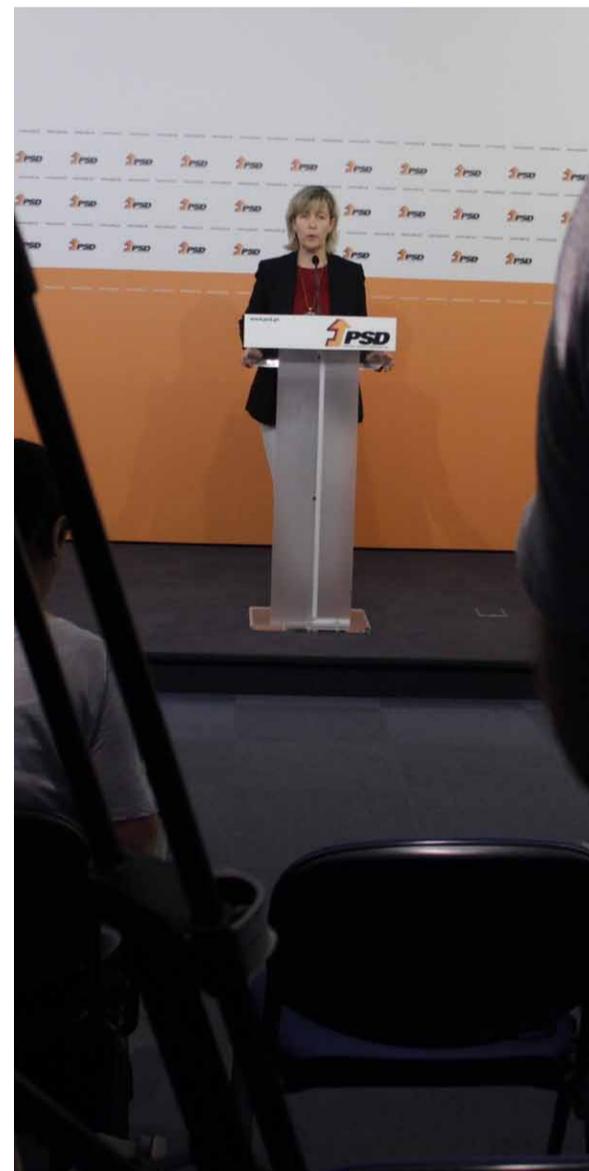
nhando que o acordo dava um “sinal errado”.

Maria Luís Albuquerque apela ao Executivo que reverta a estratégia porque os dados comprovam que “a economia não está a correr bem”. “O Governo desistiu de governar e está demasiado condicionado pelos parceiros à sua esquerda”. “É preciso que o Governo reverta esta estratégia e faça o que é preciso ser feito”, atirou a vice-presidente social-democrata, sublinhando que a reposição de rendimentos prometida pelo atual Governo acabou por ser “só para alguns” e acabou por ser “compensada” com o “aumento de impostos indiretos para todos”. Ou seja, “o efeito líquido da recuperação de rendimentos não é assim tão grande”.

Concretamente sobre os dados anunciados pelo INE, a ex-ministra das Finanças realçou que estes “confirmam o abrandamento da economia nacional”, já que “Portugal no primeiro trimestre deste ano cresceu abaixo da média europeia”. “Temos o investimento a afundar e sem o investimento não teremos crescimento sustentado e não teremos criação de emprego”, explicou, evidenciando ainda que “as exportações estão também em queda”.

Segundo Maria Luís Albuquerque, “isto tem como consequência que previsivelmente as metas deste ano não serão atingidas”, antecipando “um desempenho económico pior do que o do ano passado”. “O abrandamento económico não acontece por acaso. Decorre das políticas que têm estado a ser seguidas pelo Governo”, assinalou.

Crescer menos do que o previsto vai acarretar consequências, como a “perda de convergência para a Europa” e no “processo de consolidação orçamental”. “Estamos no final do mês de maio, mas já no início do ano era manifesto que as previsões eram demasiado otimistas, e já deviam ser revistas de forma a que tivéssemos um cenário que permitisse, relativamente àquelas variáveis que controlamos, ter alguma margem de segurança para fazer face a desenvolvimentos negativos”, alertou.



Maria Luís Albuquerque em Caminha



A vice-presidente do Partido Social Democrata Maria Luís Albuquerque participou, em representação da direção nacional do Partido, na iniciativa de tomada de posse dos órgãos concelhios do PSD de Caminha, sexta-feira, 27 de maio de 2016.



PSD irá obter “excelente resultado” nas autárquicas

O coordenador nacional autárquico do PSD Carlos Carreiras afirmou estar convicto na obtenção de “um excelente resultado” nas próximas eleições e que o Algarve vai ajudar ao objetivo geral de alcançar o maior número de câmaras em Portugal. Esta posição foi manifestada à Lusa pelo também presidente da Câmara de Cascais, em Alvor, no concelho de Portimão, onde participou na Academia do Poder Local organizada pelas concelhias de Lagos e Portimão, Domingo, 29 de maio.

“Sei que o PSD do Algarve tem vindo a trabalhar de uma forma muito consistente na procura de soluções que vão ao encontro do que são os anseios das populações e, nesse sentido, venho não só partilhar um pouco a minha experiência como presidente de Câmara que sou, mas acima de tudo manifestar esta minha profunda admiração pelo trabalho que está a ser desenvolvido e a certeza de que o PSD do Algarve, nos seus vários municípios, vai obter nas próximas eleições autárquicas um excelente resultado”, prognosticou.

Carlos Carreiras declarou que o “excelente resultado” não serve para o PSD se “vangloriar de ser o primeiro”, mas para “permitir de facto uma maior afirmação dos seus municípios e da região”. “O que posso adiantar é que o PSD, e eu enquanto coordenador nacional autárquico, tenho como objetivo voltarmos a ser o partido com o maior número de câmaras a nível nacional. E estou certo de que o PSD Algarve vai dar um grande contributo para conseguirmos cumprir esse objetivo a nível nacional”, precisou, ao ser questionado sobre o que era um “excelente resultado”.

O dirigente social-democrata mostrou-se “convicto de que há boa matéria-prima (...) de uma forma geral” no Algarve e que agora “o PSD tem que ser capaz de poder incorporar essa matéria-prima num grupo de pessoas com grande capacidade, grande dedicação, grande esforço e capacidade de sacrifício, porque só assim se consegue fazer bons mandatos”.

E isso é ainda mais importante quando, sublinhou, “o poder autárquico está a entrar numa terceira fase”. “A primeira foi a de infraestruturar o território, a segunda foi a de equipar o território e há uma terceira fase, que já não é de ‘hardware’, é de ‘software’, e portanto precisamos dos mais capazes para fazerem uma definição de estratégia e poderem ter essa capacidade de interpretar bem os valores que têm no seu território, naturais, culturais e sociais, e com isso alavancarem o território”, explicou.



“E deste modo acreditamos que é através do poder autárquico que podemos ajudar também o próprio país a ter uma maior capacidade de maior afirmação, porque temos tudo e somos tão bons quanto os melhores. Não há nenhuma razão para ficarmos sempre numa perspetiva menos positiva e menos afirmativa. E o PSD do Algarve está mais do que preparado para conseguir concretizar esses desígnios”, assegurou.

O PSD organizou através das comissões políticas das Seções de Lagos e Portimão, nos dias 28 e 29 de

maio, as primeiras sessões da Academia do Poder Local. Trata-se de um espaço formativo que se debruçou sobre as diversas temáticas relacionadas com o exercício do poder local e que funcionará como um local de debate e partilha de experiências.

Esta academia teve por objetivo melhor preparar e formar os candidatos do Partido Social Democrata às eleições autárquicas de 2017. A iniciativa contou com a presença de diversas figuras nacionais e regionais do PSD.



Teresa Leal Coelho em Valpaços



A vice-presidente do PSD Teresa Leal Coelho esteve no I Encontro Distrital de Mulheres Social Democratas de Vila Real, em Valpaços, sábado, 28 de maio de 2016.



PSD vai homenagear os presidentes que foram autarcas



O presidente dos Autarcas Social Democratas (ASD) anunciou que no VII Congresso Nacional, a realizar no sábado, 4 de maio, em Coimbra, aquela estrutura vai homenagear os presidentes do PSD que desempenharam cargos autárquicos e ainda atribuir o "Prémio Poder Local".

Álvaro Amaro, que também desempenha as funções de presidente da Câmara Municipal da Guarda, fez este anúncio, em conferência de imprensa, na qual apresentou o programa do VII Congresso Nacional dos ASD que se realizará no Auditório do Conservatório de Música de Coimbra.

De acordo com Álvaro Amaro, o congresso, que terá como tema "40 anos de Poder Local, uma História com Futuro", inclui, pelas 17h30, uma sessão evocativa dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas com homenagem aos presidentes do PSD que foram autarcas, como Marcelo Rebelo de Sousa, Luís Filipe Menezes, Manuela Ferreira Leite, Luís Marque Mendes, Durão Barroso, Santana Lopes e Pedro Passos Coelho.

Na mesma sessão serão ainda homenageados os presidentes de câmara eleitos pelo PSD em 1976, bem como os ex-presidentes da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Fernando Ruas e Artur Torres Pereira, e o ex-presidente da Associação Nacional de Freguesias, Armando Vieira.

Durante os trabalhos, os ASD irão ainda atribuir, pela primeira vez, o "Prémio Poder Local", que visa "distinguir uma carreira ligada à defesa do Poder Local" e que será entregue "a uma personalidade que se tenha destacado dos demais", segundo Álvaro Amaro.

No congresso, que tem a sessão de abertura marcada as 10h30, participará como orador convidado Markku Markkula, presidente do Comité das Regiões da Europa, que fará uma intervenção sobre "As autarquias e a ino-

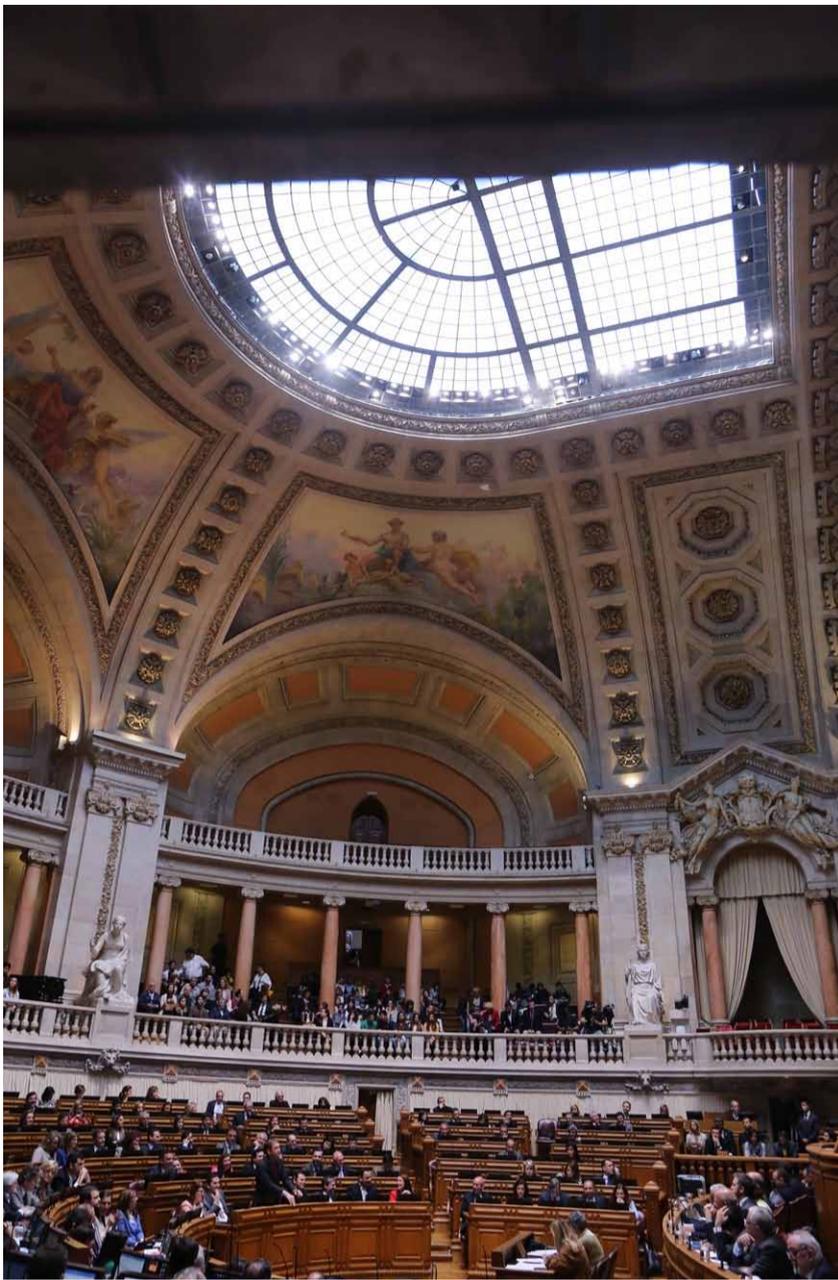
vação em rede para o desenvolvimento dos territórios".

Está agendada durante a tarde de sábado a apresentação, discussão e votação das moções, adiantando o presidente dos ASD que apresentará um documento no qual abordará alguns dos grandes desafios políticos do poder local nos próximos tempos.

Álvaro Amaro defenderá a alteração da lei eleitoral autárquica com vista a facilitar "a coesão dos executivos municipais e valorizando a função fiscalizadora das Assembleias Municipais", a realização de um debate sobre "os novos caminhos da descentralização administrativa" e a importância de instalação de serviços públicos "em todo o território nacional como instrumento de equilíbrio e fator de coesão territorial".

Abordará ainda alterações à forma de eleição dos presidentes das Áreas Metropolitanas, proporá uma alteração legislativa "que clarifique as consequências, no aparelho administrativo superior do Estado, da mudança de Governos" e uma reforma relacionada com a cedência do património do Estado às autarquias.

A sessão de encerramento do congresso dos ASD, pelas 18h30, contará com a presença do presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.



PSD quer esclarecimentos sobre eventual favorecimento ao Santander

O PSD divulgou, dia 27, as perguntas por escrito enviadas ao vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE), Vítor Constâncio, no âmbito da comissão de inquérito ao Banif, procurando perceber os sociais-democratas se houve algum favorecimento do responsável ao Santander. “Seguramente que, não enquanto vice-governador do BCE e seu superior hierárquico, falou no dia 18 de dezembro com Danièle Nouy para lhe pedir para desbloquear a oferta do Santander junto da Comissão [Europeia]. Fez esse contacto em conjunto, ou combinado com o dr. Mário Centeno?”, interrogam os sociais-democratas no texto a que a agência Lusa teve acesso.

Em causa está um contacto por “email” com a presidente do Conselho de Supervisão do BCE, Danièle Nouy, na manhã de 19 de dezembro (na véspera do anúncio da resolução do Banif e venda ao Santander) para o BCE “desbloquear a oferta do Santander junto da Comissão Europeia”.

Vítor Constâncio disponibilizou-se para depor por escrito na comissão de inquérito sobre o Banif mas apenas sobre matérias antes da entrada em funções do responsável na instituição com sede em Frankfurt, pelo que não é claro que venham a ser entregues respostas às questões do PSD sobre a venda ao Santander.

Os sociais-democratas sustentam, contudo, que tais contactos com Danièle Nouy terão sido feitos “não enquanto vice-governador do BCE” e “superior hierárquico” da instituição, e são perentórios nas questões: “Não tendo, há data, terminado o processo competitivo de venda voluntária, porquê interceder pelo Santander? Quem lhe incumbiu essa função de promotor do Santander?”, questiona o PSD, coordenado na comissão de inquérito pelo deputado Carlos Abreu Amorim.

O PSD faz também várias perguntas voltadas para o período em que Constâncio foi governador do Banco de Portugal, entre 2000 e 2010. “Nos mais de dez anos à frente da supervisão em Portugal, alguma vez o Banif mereceu a sua especial atenção? Em caso afirmativo, descreva as diligências levadas a cabo pelo Banco de Portugal”, pedem os sociais-democratas.

A evolução do Banif ao longo dessa década atravessa várias das perguntas do PSD, mas também são destacadas a operação do banco no Brasil e a auditoria especial forense da Deloitte sobre a entidade.

Em 20 de dezembro de 2015, um domingo, o Governo e o Banco de Portugal anunciaram a resolução do Banif, com a venda de parte da atividade bancária ao Santander Totta, por 150 milhões de euros, e a transferência de outros ativos - incluindo ‘tóxicos’ - para a nova sociedade veículo.

A comissão parlamentar de inquérito sobre o caso entra em junho na reta final: as audições devem acabar no dia 14, com a presença no parlamento do ministro das Finanças e do governador do Banco de Portugal, que voltam à comissão.

Depois das audições haverá um período técnico que passa, acima de tudo, pela concretização do relatório final da comissão, a cargo do deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Governo quer “encher administração pública de amigos do PS”

O vice-presidente da bancada do PSD Hugo Soares reagiu à dissolução da direção do Instituto de Segurança Social acusando o Governo de encher a administração pública de ‘boys’ do PS. “A verdadeira reforma do Estado que Portugal precisa passa também por qualificar a administração pública. Ao que parece, o que o PS e o Governo querem é encher a administração pública de amigos do PS, de ‘boys’ do PS, desqualificando a nossa administração pública, colocando gente do PS em detrimento do mérito e do trabalho que tem vindo a ser realizado”, afirmou Hugo Soares aos jornalistas no parlamento.

O Ministério da Segurança Social anunciou que o Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social vai ser dissolvido no domingo e passará a ser composto por dirigentes em regime de substituição até à conclusão do concurso que vai decorrer.

Para o PSD, o Governo está a mudar as direções dos institutos públicos “numa lógica de instrumentalizar do ponto de vista partidário e político os institutos públicos em Portugal”. “O PS em vez de fazer o que o anterior Governo fez, que foi apostar nos concursos públicos e na transparência, parece querer apenas demitir toda a gente dos institutos públicos para colocar gente afeta ao PS”, declarou Hugo Soares.

De acordo com uma nota de imprensa divulgada pelo gabinete do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a mudança de direção deve-se à necessidade de dar “uma nova orientação à gestão do Instituto de Segurança Social (ISS)”, de modo a cumprir os objetivos definidos no Programa do Governo relativamente à promoção da coesão social.

O atual Conselho Diretivo do ISS tem como presidente Ana Clara Birrento, como vice-presidente Jorge Campino e como vogais Luís Monteiro e Paulo Ferreira, que assumiram funções em julho de 2015 e que deveriam terminar mandato em 2020.

Os atuais membros do Conselho Diretivo do ISS encontravam-se nomeados desde julho de 2015 por despachos do anterior membro de governo da tutela e foram hoje ouvidos, em sede de prévia audiência, sobre os fundamentos da projetada dissolução.

Segundo o comunicado emitido pelo gabinete de Vieira da Silva, “serão nomeados dirigentes em regime de substituição, como previsto na legislação em vigor, seguindo-se o procedimento concursal na CRESAP”.

Falta de transparência nas obras em curso em Lisboa

O PSD na Câmara de Lisboa acusa a maioria socialista no executivo de “falta de transparência” na informação dada aos munícipes sobre as obras em curso na cidade, salientando que a autarquia deve respeitar os lisboetas. Recordando que “Lisboa está invadida de obras um pouco por todo o lado”, o vereador social-democrata António Prôa frisou que faltam informações, junto às empreitadas, que respondam às questões “Quem? O quê? Quando? Como?”, previstas no Regulamento de Ocupação de Via Pública com Estaleiros de Obras.

“As obras estão a decorrer sem que haja essa informação”, reforçou o autarca, falando em intervenções na Praça 25 de Abril, nas avenidas Miguel Torga e 5 de Outubro, no eixo central, na Alameda dos Oceanos, no Campo das Cebolas e na Rua Marquês da Fronteira.

António Prôa, que falava na reunião pública do executivo municipal, acrescentou que “em nenhuma destas obras o regulamento é cumprido”, pois este documento estipula que se deve “garantir a transparência na informação dada ao munícipe”.

“A Câmara deve ser a primeira a respeitar o direito de os munícipes serem avisados, mas esqueceu-se completamente”, referiu.



Deputados questionam Governo sobre obras nas urgências de Viseu

Deputados do PSD anunciaram ter questionado o ministro da Saúde, sobre as obras de ampliação das instalações do serviço de urgência do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, que consideram prioritárias. Pedro Alves, Leitão Amaro, Inês Domingos, António Lima Costa e Isaura Pedro, eleitos pelo círculo de Viseu, afirmam que este centro hospitalar “é uma referência na qualidade dos cuidados prestados às populações, bem como no cumprimento dos indicadores de gestão de acordo com a sua categoria e missão”.

No entanto, “a melhoria contínua da prestação de cuidados exige que os serviços estejam dotados de recursos que confiram dignidade às populações que servem, bem como aos seus profissionais”, sublinham.

Segundo os deputados, foi por isso que, “em consonância com a ARS (Administração Regional de Saúde) do Centro, foi definida como prioridade absoluta a ampliação das instalações do atual serviço de urgência, que se tem revelado um espaço demasiado exíguo para dar resposta aos 500 atendimentos de média diária (em 2015)”.

“A obra de ampliação foi orçamentada em cerca de 1,8 milhões de euros, estando programado o seu início para o primeiro semestre deste ano de modo a estar a funcionar já no próximo inverno”, acrescentam.

Atendendo à “urgência da intervenção” e “à imagem dos procedimentos ocorridos noutras unidades hospitalares da região, em obras para o mesmo efeito”, os sociais-democratas consideram “fundamental que se encontre uma solução que acelere o procedimento, para que os utentes e profissionais de saúde possam ter melhores condições de atendimento e trabalho”.

Neste âmbito, questionam o ministro se pretende “dar continuidade a este projeto fundamental para o atendimento condigno das populações” e se está “disponível para encontrar soluções que acelerem o processo e assim disponibilizar o capital no valor necessário ao investimento”.

“A concorrência” nos transportes “é benéfica para os consumidores”

No debate de um projeto de lei do PCP, que visa reforçar as medidas dissuasoras da atividade ilegal no transporte em táxi, o deputado Carlos Silva começou por referir que a complexidade da questão revela bem o que é a realidade de uma sociedade cada vez mais interconectada e disponível para abraçar novas tendências em todos os domínios da vida social. Segundo o social-democrata esta questão também mostra, de uma forma extremamente acutilante, o embate entre formas tradicionais de atividade económica (os táxis) e formas inovadoras que rompem com o que existe (a plataforma Uber).

Abstendo-se de fazer considerações relativamente ao histórico de pareceres de organismos da administração pública, de sentenças de tribunais, de indefinições da União Europeia, o deputado afirmou que tudo isto tem mérito e valor mas pode afastar-nos de uma realidade: “quer seja serviço de transportes ou plataforma tecnológica a verdade é que a Uber existe, a verdade é que a Uber tem clientes, a verdade é que a Uber tem ganho quota de mercado e a verdade é que as empresas de exploração de táxis têm visto os seus rendimentos decrescer”. “A inexistência de uma estratégia comum da União Europeia vem conferir, ainda mais, um sentimento de urgência à resolução desta questão. É intolerável para Portugal que continuemos a trilhar um caminho de aumento da violência, de boicotes, de agressões num momento em que cada vez mais dependemos do turismo como fonte de receitas e em que a perceção dos agentes internacionais é essencial para que possamos continuar a crescer. Neste sentido, julgo fazer todo o sentido as



declarações do presidente da AdC em que enfatiza o contributo destas atividades para o crescimento económico e que estas devem ser objeto de um enquadramento regulatório”, disse.

De seguida, Carlos Silva apontou que a concorrência é benéfica para os consumidores e estes têm favorecido quem inova e quem aposta na qualidade do serviço. “Esquecer estes factos é esquecer a própria essência deste problema. Neste contexto, em que estamos perante uma atividade inovadora, assente na utilização de novas tecnologias, não podemos rejeitar liminarmente uma discussão que enquadre esta atividade no normal funcionamento da economia e simultaneamente defenda os consumidores através da opção de um conjunto de regras e garantias”.

O social-democrata deixou o desafio aos restantes deputados: “Temos de dar provas de maturidade democrática e de ponderação, avaliando um novo quadro regulatório, moderno e eficaz, que defenda o interesse de todas as partes”.

Por sua vez, a deputada Fátima Ramos colocou em evidência a dissonância entre os partidos que apoiam o Governo. De um lado, o PS cheio de dúvidas e com vontade de adiar; do outro, o PCP que defende o aumento das multas; e ainda o BE que apresenta propostas dissonantes com as do PS.

O deputado social-democrata Paulo Rios lamentou a ausência do Governo no debate e criticou a postura atabalhoada dos comunistas: “O PCP hoje prestou um péssimo serviço à causa e nem sequer conseguiu ajudar quem se propunha ajudar. A proposta que temos não é para debater o problema, a proposta que o PCP nos traz é duplicar coimas, como se isso fosse solução. Mas, mais do que isso, vem expor o PS e o Governo ao ridículo”.

Ângela Guerra participou no VI Congresso da Associação Nacional de Laboratórios Clínicos

Em representação do grupo parlamentar do PSD, a deputada Ângela Guerra participou no VI Congresso da Associação Nacional de Laboratórios Clínicos (ANL) e nas IV Jornadas Internacionais da Qualificação em Análises Clínicas (JIQLAC), que decorreram no passado dia 20, no Centro de Congressos de Lisboa. A parlamentar, que é a coordenadora dos deputados do PSD na Comissão de Saúde foi interveniente na mesa redonda “Estratégias e orientações da decisão política em saúde”.

A Associação Nacional de Laboratórios Clínicos foi fundada em 2005, com o objetivo de representar todas as entidades que no sector privado exerçam atividades de análises clínicas/patologia clínica e de investigação biológica ou farmacêutica. Trata-se de uma associação de cariz empresarial, atualmente a maior do sector em termos de volume de negócios e de dimensão das empresas que representa, abrangendo no entanto entre os seus associados toda a tipologia de laboratórios, desde as pequenas e médias empresas até às maiores empresas que operam em Portugal.



Discriminação das Juntas de Freguesia

O PSD/Açores criticou a resposta “tardia e mal fundamentada” do Governo regional a um requerimento do grupo parlamentar social-democrata, de 23 de junho de 2015, que denunciava “o favorecimento da tutela regional às Juntas de Freguesia eleitas pelo Partido Socialista, discriminando as Juntas de Freguesia eleitas por outros partidos. A denúncia estava devidamente fundamentada com um exemplo significativo, e o Governo Regional respondeu tarde e respondeu mal”, revelou o deputado José Andrade.

Em maio de 2015, “a Secretaria Regional de Turismo e Transportes distribuiu 93,8% dos apoios financeiros (935 mil euros) a 42 das 89 Juntas de Freguesia eleitas pelo PS nos Açores. E apenas 6,17% (61.500 euros) a 3 das 66 Juntas de Freguesia eleitas por outros Partidos”, explica o parlamentar, lamentando que, “desta forma, quase metade das Juntas recebeu a quase totalidade dos apoios concedidos em 2014. Ou seja, é um governo só para alguns”, refere.

José Andrade sublinha que “o governo respondeu, tarde e mal, ao nosso requerimento, apenas a 6 de maio de 2016. Quando tinha um prazo máximo de 60 dias e demorou 318 dias a fazê-lo”, adianta. “E respondeu mal, porque se limitou a negar as evidências, dizendo não existir qualquer discriminação partidária nos apoios concedidos. E utilizando um argumento político convenientemente vago, de que se visava a realização de obras e investimentos que contribuíam para a promoção do desenvolvimento social”, explica o deputado.

“O enquadramento legal invocado, de que tais apoios foram devidamente contratualizados, sem o demonstrar, confirma que já não há razões para acreditar neste governo”, afirma José Andrade.



Desta forma, o deputado do PSD/Açores requereu “o esclarecimento completo e documentado, dentro do prazo legal, para as dúvidas que continuam por esclarecer. Nomeadamente saber o que levou o governo a demorar 318 dias a responder, quando legalmente está obrigado a fazê-lo num prazo máximo de 60 dias”, refere.

Segundo José Andrade, o governo não enviou ao Parlamento, “a relação completa e discriminada de todos os apoios financeiros atribuídos por todos os departamentos

do governo a todas as Juntas de Freguesia dos Açores durante 2014. Relação que voltamos a pedir, acrescentada do que se refere também ao ano de 2015”, avança.

O deputado solicita ainda ao Governo Regional “prova documental de apoios financeiros atribuídos pela Secretaria Regional do Turismo e Transportes, com cópia dos pedidos apresentados pelas várias entidades, desde Juntas de Freguesia a Casas do Povo, Irmandades, Filarmónicas, Grupos Folclóricos ou Fábricas Paroquiais”.

SATA deve esclarecer opções técnicas da adesão ao novo sistema de navegação na Europa



O PSD/Açores quer saber que tipo de equipamento vai ser utilizado pela SATA após aderir ao Projeto RISE (RNP Implementation Synchronized in Europe), uma iniciativa que vai testar um novo sistema de navegação na Europa, utilizando a tecnologia de satélite por GPS.

De acordo com o deputado Jorge Costa Pereira, “é com óbvia satisfação que recebemos a informação de que a SATA tinha decidido aderir ao Projeto RISE, uma opção

que se considera positiva, pelo que queremos agora saber qual o tipo de equipamento que a companhia irá utilizar nos seus aviões”, adianta.

Num requerimento enviado à Assembleia Legislativa, o social-democrata pede informações à tutela sobre o assunto, explicando que aquele projeto “visa melhorar a precisão da trajetória de aproximação das aeronaves à pista. Espera-se que venha a diminuir os cancelamentos por falta de visibilidade ou “teto” de nuvens baixo, assim como o consumo de combustível nas fases de aproximação e aterragem, reduzindo o seu impacto ambiental”, avança.

Jorge Costa Pereira sublinha que a SATA tornou público “que o Projeto RISE, uma iniciativa liderada e cofinanciada pelo SESAR JU (“Single European Sky Air traffic management Research Joint Undertaking”), vai contemplar os três aviões A320 e o aeroporto na Horta. Prevendo-se, ainda este ano, o alargamento ao aeroporto de Ponta Delgada”.

“Acontece que os novos procedimentos, resultantes do Projeto RISE, poderão capacitar os aviões para aproximações de acordo com três níveis (RNP 0.3; RNP 0.2; e RNP 0.1), que dependerão do nível do equipamento a instalar nas aeronaves”, acrescenta o deputado.

“Ora, considerando que entre o RNP 0.3 e o RNP 0.1 existe uma significativa diferença na altitude mínima de aproximação das aeronaves”, o social-democrata pretende ver esclarecido, “qual destes três níveis de equipamento será usado pelas aeronaves nas pistas dos aeroportos da Horta e de Ponta Delgada”.

Jorge Costa Pereira questiona ainda se a companhia aérea regional equaciona, “numa fase posterior, alargar a instalação de tal equipamento às aeronaves da frota da SATA Air Açores”.

Maior envolvimento dos consulados no apoio aos portugueses na Venezuela



O presidente do Governo Regional da Madeira defende que os consulados da Venezuela devem envolver-se no apoio social aos portugueses residentes naquele país, em articulação com as instituições de solidariedade. “É importante os nossos consulados e a nossa diplomacia estarem atentos no apoio social aos nossos compatriotas”, declarou Miguel Albuquerque, no final de uma audiência no Palácio de Belém, 24 de maio, referindo que falou neste assunto com o Presidente da República e que já fez esta sugestão ao secretário de Estado das Comunidades.

Em declarações aos jornalistas, o governante declarou ter também falado com Marcelo Rebelo de Sousa sobre os efeitos da recente greve de estivadores no transporte marítimo para a Madeira e na economia da região. No seu entender, os serviços mínimos “não são suficientes” e a atual situação “não pode continuar”. “O que é fundamental é levar em linha de conta a situação de exceção das regiões autónomas no que diz respeito a abastecimento de bens essenciais, como medicamentos, perecíveis, porque nós importamos muito do que consumimos, e para nós o transporte marítimo é essencial”, afirmou.

Sobre a Venezuela, o presidente do Governo Regio-



nal da Madeira considerou que “a situação do ponto de vista social tem tendência a agravar-se”. “Uma sugestão que eu fiz e continuo a fazer é aproveitar as redes dos nossos centros portugueses nas diversas cidades e estados da Venezuela para, através dos consulados, poder prestar apoio a esses nossos cidadãos”, adiantou.

Miguel Albuquerque disse que muitos desses “centros portugueses” espalhados pelo território da Venezuela são “instituições de beneficência”.

No seu entender, essas “instituições de solidariedade” devem ser aproveitadas para, em contacto com os consulados portugueses, lhes prestarem “informação sobre as famílias mais carenciadas”, para que estas sejam apoiadas socialmente. “É importante, uma vez que há uma grande dispersão da nossa comunidade no país”, salientou.

Sobre a situação nos portos, Miguel Albuquerque declarou que, “independentemente das razões da greve ou das questões laborais em apreço, a verdade é que a Região Autónoma da Madeira, bem como a Região Autónoma dos Açores, tem sido muito afetada por esta greve, porque está dependente do transporte marítimo”.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1015 • 29 DE MARÇO 1995 • PREÇO 100\$00

Sinais de retoma cada vez mais evidentes

Espectacular subida do investimento estrangeiro

5



Encontro com o presidente do Parlamento Europeu
Fernando Nogueira
quer debate público sobre revisão
do tratado de Maastrich

3

Produção aumenta e mão-de-obra decresce
Agricultura portuguesa
aproxima-se da europeia

2

AR: PSD promove
debate sobre
desemprego

2

Presidente do PSD
promete levar
ao Parlamento
Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

3



Edição n.º 1015 do "Povo Livre", de 29 de março de 1995. Manchete: "Sinais de retoma cada vez mais evidentes: Espectacular subida do investimento estrangeiro". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

Confiar na “sorte” pode dar um grande “azar”

Pedro Passos Coelho (*)

Nenhuma política económica é imune à incerteza, seja com origem em fatores externos, seja resultado de eventos internos menos controláveis. Quando um decisor define o quadro da política económica que pretende prosseguir é importante que as suas escolhas de política possam conter margem de flexibilidade e de segurança para acomodar respostas a alguns choques mais adversos. É, pois, muito importante deixar espaço para introduzir correções de política que possam revelar-se indispensáveis, tanto para assegurar metas inicialmente estabelecidas como para amortecer o impacto negativo de eventos mais relevantes.

E quando uma economia se apresenta com fundamentais menos sólidos ou vulnerável a choques adversos que aumenta a necessidade de incluir uma margem de segurança E, então, a atitude otimista de simplesmente confiar na “sorte” pode dar origem a um grande “azar” e é certamente uma grande irresponsabilidade.

Essa é, exatamente, a situação em que nos encontramos hoje em Portugal. Durante demasiados anos acumulámos desequilíbrios graves. Em face da crise externa espoletada em 2007, deixámos, a partir de 2011, de conseguir gerir esses desequilíbrios na margem de segurança da política económica e fomos forçados a pedir ajuda externa. Para reganhar a confiança dos mercados, dos nossos parceiros europeus e do FMI, sem a qual não voltaríamos a ter autonomia crítica nem financiamento, tivemos de passar tempos de aperto muito graves. E de dar mostras convincentes de que estávamos a alterar condições estruturais que permitiriam resolver a falta de competitividade e de responsabilidade política e económica que estiveram na origem dos nossos problemas.

Agora que o conseguimos, estamos numa fase crítica, sujeita a grande vigilância. É uma fase em que precisamos de levar mais longe a capacidade para atrair o investimento externo e para exportar bens e serviços para o resto do mundo. Precisamos também de manter e reforçar as reformas estruturais que melhorem as perspetivas de crescimento sustentável e elevem a nossa capacidade de crescer e gerar mais e melhor emprego. Ao mesmo tempo, isso irá permitir-nos reabsorver o legado da dívida, pública e privada, e do desemprego estrutural deixados pela persistência dos erros passados que nos conduziram à crise. Precisamos ainda de manter e reforçar a confiança de todos os parceiros, bem como dos próprios portugueses, evitando “recaídas” e o reabrir de feridas internas e externas.

Infelizmente, a maioria política que hoje tem a responsabilidade pela política económica e financeira está a dar demasiados sinais contrários a esta perspetiva. Está, aliás, mesmo apostada em desfazer o que de estrutural nos permitiu sair da crise e reganhar a confiança dos parceiros e assim aumentar os riscos no desenvolvimento de metas orçamentais e no mundo da estabilidade financeira e bancária. Não espanta, por isso, que tenha vindo a aumentar a desconfiança dos investidores externos e dos nossos parceiros europeus e que a credibilidade política esteja a ser beliscada.

Isto tem já tradução, infelizmente, em resultados preocupantes. O investimento travou a grande velocidade nestes últimos meses e o dinamismo das exportações, mesmo incluindo os problemas do mercado angolano, começou já a ser afetado negativamente. Em consequência, o ritmo do crescimento caiu, o que nos colocará pior do que no ano passado. A criação de emprego, tal



como o saldo externo, sofreu uma inversão negativa. As reprimendas europeias começaram a marcar a perceção global do país, que passa de cumpridor e previsível a problemático e incerto.

E sintomático que se fale em sanções europeias contra Portugal. É preocupante que as nossas taxas de juro da dívida tenham descolado de Espanha e de Itália, para ficarem cada vez mais próximas das da Grécia. É totalmente desolador que os responsáveis governamentais exibam satisfação por verem inalteradas as notações das agências de “rating” ou por estas não desgraduarem Portugal, quando devíamos estar a sair de “lixo” e a qualificar o investimento na economia portuguesa.

A falência do modelo socialista, suportado e alimentado pela esquerda radical, está avista após seis meses de governação: a economia entrou num ciclo de definhamento. Só vir a ter alguma sorte não chegará para evitar uma deterioração maior da situação, e o azar de as coisas não correrem bem dependerá menos do acaso e mais das decisões adotadas. O facto de o Governo falar a duas vozes, uma para dentro, satisfazendo clientelas políticas radicais, e outra para fora, procurando acalmar a desconfiança crescente dos investidores e dos parceiros, complica ainda mais a situação. Aqui, o excesso de “habilidade” e de “equilíbrio” não são disfarçáveis e contribuem para acentuar uma imagem negativa de “chico-espertismo” que é imerecida para os portugueses e desvirtua os enormes esforços por eles realizados.

A retórica contra a austeridade como fundamento para a inversão de estratégia nacional também não é credível, até porque toda a gente sabe que a austeridade foi o que nos legaram aqueles que conduziram o país à pré-bancarrota. O que nos afasta da repetição desse tipo de desastre não é a retórica antiausteritária nem a dissimulação económica e financeira fundada em agravamentos de impostos, mas antes a ação reformista e determinada, qualquer que seja o seu grau de conformação programático ou ideológico compatível com uma economia social de mercado e com as regras do espaço europeu que habitamos.

Não ficar à mercê do acaso e alargar a margem de segurança da política económica implica trabalho, esforço e persistência, mas não, necessariamente, grandes sacrifícios como os que tivemos de realizar no passado recente. E apenas exigida vontade e uma linha coerente para a política económica. Não ceder ao curto prazo, aos interesses corporativos instalados nem ao radicalismo também ajuda

E é meio caminho andado ter bom senso para encarar a realidade e poder alterá-la com equilíbrio. Devemos fazer por merecer alguma sorte, que sempre será bem-vinda. Mas devemos tudo fazer para descartar que o azar nos possa bater aporta com mérito, que devemos fazer por desmerecer.

(*) Presidente do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alenquer, para reunir no próximo dia 08 de Julho de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Gago Coutinho, 36 r/c Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da Secção

a). Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas, entre as 21h00 e as 23h00

BELMONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Belmonte, para reunir no próximo dia 02 de Julho, de 2016, (sábado) pelas 15h00 no Salão da Junta de Freguesia de Belmonte, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da Secção

a). Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

CAMPO E SOBRADO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Campo e Sobrado, para reunir no próximo dia 09 de Julho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Casa das Artes de Sobrado, sita na Rua Casa do Povo, 35, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Campo e Sobrado

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas são entregues na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 - Ermesinde

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lt. 3 1º Dtº, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos de interesse para os militantes

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir no próximo dia 02 de Julho de 2016 (sábado), pelas 16h00, na sede, sita na Rua Serpa Pinto, Lt. 3 1º Dtº, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas, entre as 16h00 e as 18h00

ERMESINDE / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Ermesinde, para reunir no próximo dia 09 de Julho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 - Ermesinde, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo de Ermesinde

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas são entregues na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870 - Ermesinde

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Évora, para reunir no próximo dia 09 de Julho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, n 48, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da Secção

Mesa da Assembleia de Secção

Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Nesse dia a sede está aberta até às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 22h00

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lamego, para reunir no próximo dia 09 de Julho, de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede sita na Av. 5 de Outubro, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

LOUROSA / NÚCLEO ALTERAÇÃO DATA E HORÁRIO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de núcleo de Lourosa, para reunir, no próximo dia 01 de Julho de 2016, (sábado) pelas 21h00 na C.A.S.A, sita na Rua Comendador Sílvio n.º 107, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da CPS, ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As listas são entregues na sede, sita na Rua dos Descobrimientos, 18, - Santa Maria da Feira, que estará aberta, nesse dia, para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas das 21h00 às 23h00

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2016 (segunda-feira), pelas 20h30, na sede, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Análise da situação política

MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mangualde, para reunir no próximo dia 09 de Julho, de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Estalagem Cruz da Mata, sita no Lugar de Cruz da Mata, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital de Viseu, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Mealhada, para reunir no próximo dia 01 de Julho, de 2016, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede sita na Av. 25 de Abril, Lote B, Loja P, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos da secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas, entre as 21h00 e as 23h00

MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Moimenta da Beira, para reunir no próximo dia 09 de Julho, de 2016, (sábado) pelas 15h00 na Rua da Feira, Praceta Fernão Magalhães, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital de Viseu, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir no próximo dia 17 de Junho de 2016 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Informações

2 – Análise da situação político-partidária

PROENÇA – A – NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Proença – a - Nova, para reunir no próximo dia 02 de Julho de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição dos órgãos de secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As listas podem igualmente ser enviadas para a sede do PSD sita na Rua Comendador Assis Roda, nº 53 r/c loja, avisando do envio para o telemóvel 926052667.

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 18h00

SÃO PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de São Pedro do Sul, para reunir no próximo dia 09 de Julho, de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Av. Sá Carneiro, Edifício Avenida Cave, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital de Viseu, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Junho de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

1 – Informações

2. – Análise da situação política

VOUZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vouzela, para reunir no próximo dia 09 de Julho, de 2016 (sábado) pelas 15h00 no Auditório 25 de Abril, sito no Edifício dos Paços do Concelho de Vouzela, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede distrital de Viseu, sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq., ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito das 21h00 às 24h00

- As urnas estão abertas, entre as 15h00 e as 19h00

UISEU / DISTRIITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os Militantes do Distrito de Viseu, dotados de capacidade Eleitoral, conforme a respectiva Secção de inscrição, para reunir no próximo dia 09 de Julho de 2016 (Sábado), pelas 15H00, com seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

2 – Eleição da Comissão Política Distrital

3 – Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

4 – Eleição dos Delegados á Assembleia Distrital

5 – Comissão Distrital de Auditoria Financeira

CONCELHO	LOCAIS DE ENTREGA DE LISTAS	LOCAIS DE VOTAÇÃO
Armamar	Salão Paroquial de Armamar Avenida Doutor Oliveira Salazar 5110 – 122 Armamar	Salão Paroquial de Armamar Avenida Doutor Oliveira Salazar 5110 – 122 Armamar
Carregal do Sal	Sede do PSD – Praça do Município Antigo, Edifício São Brás Loja U 3430-167 Carregal do Sal	Sede do PSD – Praça do Município Antigo, Edifício São Brás Loja U 3430-167 Carregal do Sal
Castro Daire	Av. João Rodrigues Carrilho, n.º 5 R/c Esq., Castro Daire 3600-191 Castro Daire	Av. João Rodrigues Carrilho, n.º 5 R/c Esq., Castro Daire 3600-191 Castro Daire
Cinfães	Amílcar Cerveira Pinto Casa da Ponte de Pias 4690-420 Oliveira do Douro Cinfães	Junta de Freguesia de Cinfães Rua Xanana Gusmão 4690-877 Cinfães
Lamego	Sede do PSD – Avenida 5 de Outubro	Sede do PSD – Avenida 5 de Outubro
Mangualde	Rua dos Combatentes da Grande Guerra Guerra, n.39 - 1º 3530-275 Mangualde	Estalagem Cruz da Mata Lugar De Cruz Da Mata, 3530-114 Mangualde
Moimenta da Beira	Rua da Feira Praceta Fernão Magalhães 3620-325 Moimenta da Beira	Rua da Feira Praceta Fernão Magalhães 3620-325 Moimenta da Beira
Mortágua	Sede do PSD – Rua Dr. João Lopes Morais, nº17 Rc	Sede do PSD – Rua Dr. João Lopes Morais, nº17 Rc
Nelas	Edifício Multisserviços, piso 1, sala 2 3590-001 Nelas	Edifício Multiusos Praça do Município 3520-001 Nelas
Oliveira de Frades	Sede PSD - Jardim Dr. José Dinis Vieira	Sede PSD, Jardim Dr. José Dinis Vieira
Penalva do Castelo	Rua Alexandre Herculano n.º 13 3550-137 Penalva do Castelo	Junta da Freguesia da Insua Rua do Lar 3550-Penalva do Castelo
Penedono		A votação é efetuada em Sernancelhe.
Resende	Rua Dr. Manuel Borges Carneiro, nº472 4660-245Resende	Rua Dr. Manuel Borges Carneiro, nº4724660-245 Resende
S. João Pesqueira	Eduardo Salta – Lugar Chão do Muro União de Freguesias de Vilarouco e Pereiros 5130-557 São João da Pesqueira	Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Pesqueira e Várzea de Trevões
Santa Comba Dão	Sede do PSD Santa Comba Dão - Rua Gago Coutinho nº 12 Rc	Sede do PSD Santa Comba Dão - Rua Gago Coutinho nº 12 Rc
São Pedro do Sul	Sede do PSD Distrital de Viseu Rua do Inatel nº55 Cave Esq 3510-017 Viseu	Avenida Sá Carneiro Edifício Avenida Cave 3660 - 428 São Pedro do Sul
Sátão	Praça Paulo VI nº5 2º - 3560 Sátão	Praça Paulo VI nº5 2º - 3560 Sátão
Sernancelhe	Carlos Manuel Ramos dos Santos Rua do Centro Social nº13 Ferreirim 3640-089 Sernancelhe	Auditório do Centro de Artes de Sernancelhe Rua Doutor Oliveira Serrão, 6 3640 Sernancelhe
Tabuaço	Sede de PSD Tabuaço – Largo do Cruzeiro	Sede de PSD Tabuaço – Largo do Cruzeiro
Tarouca	Sede do PSD de Tarouca – AV. Vice-Almirante Adriano Saavedra	Sede do PSD de Tarouca – AV. Vice-Almirante Adriano Saavedra
Tondela	Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, 49 2ºD 3460 34 Tondela	Largo Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho, 49 2ºD 3460 34 Tondela
Vila Nova de Paiva	Sede Junta de Freguesia do Touro 3650-081 Touro	Junta de Freguesia da União de Freguesias de V. N. Paiva, Alhais e Fráguas Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama 3650-207 Vila Nova de Paiva
Viseu	Sede do PSD de Viseu Rossio nº 14 – 2º	Solar dos Peixotos Rua Cimo da Vila 3500-105 Viseu
Vouzela	Sede do PSD Distrital de Viseu Rua do Inatel, nº 55 cave Esq.	Auditório 25 de Abril Edifício dos Paços do Concelho de Vouzela 3670-250 Vouzela

Notas

- As Listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, sita na Rua do Inatel, nº 55 cave Esq. até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta para o efeito, naquele dia das 21h00 às 24h00.

- As Listas de candidatura dos Delegados de Secção, devem ser entregues aos Presidentes da Mesa Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente os possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.



ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR

CONSELHO DISTRITAL JSD VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital do Alto Minho, para reunir no próximo dia 3 de Junho de 2016, pelas 21 horas, na Sede da JSD Alto Minho, Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, lote 1 Loja 46, Viana do Castelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Agendamento de Congresso Distrital Eleitoral.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Viseu, para reunir em sessão ordinária no dia 11 de Junho de 2016 (Sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD de Viseu, sita no Rossio, n.º 14 – 2.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local;
- 3 – Outros assuntos.

NÚCLEO DE SÃO JOÃO DE VER – STª. MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de São João de Ver, Concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 9 de Julho de 2016, pelas 14 horas, na Sede do PSD/JSD da Feira, sita na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00m e as 16 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE DOSSÃOS – VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Dossãos, para o dia 1 de Julho de 2016, pelas 19 horas, na Sede da Junta de Freguesia, sita na Rua do Autarca, n.º 327, na Freguesia de Dossãos, Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 19h00m e as 21 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1.º de Maio, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE MOURE – VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Moure, para o dia 8 de Julho de 2016, pelas 21h30m, na Sede da Junta de Freguesia, sita na Av. Padre Mário, n.º 59, na Freguesia de Moure, Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30m e as 23h30m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1.º de Maio, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE PARADA DE GATIM – VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Parada de Gatim, para o dia 8 de Julho de 2016, pelas 19 horas, na Sede da Junta de Freguesia, sita no Lugar de Palmás, na Freguesia de Parada de Gatim, Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 19h00m e as 21 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1.º de Maio, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE U.F. DE ESQUEIROS, NEVOGILDE E TRAVASSÓS – VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca Assembleia do Núcleo Residencial da JSD da União de Freguesias Esqueiros, Nevogilde e Travassós, para o dia 1 de Julho de 2016, pelas 21h30m, na Sede da Junta de Freguesia, sita na Rua da Junta, n.º 9, em Esqueiros, Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30m e as 23h30m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1.º de Maio, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

RATEIO DO III CONGRESSO DISTRITAL DE LISBOA DA JSD

Concelhia	Mandatos Distribuídos	Atribuídos Diretamente	Inerência da CPC	TOTAL
Amadora	5	1	1	7
Azambuja	0	1	1	2
Cascais	12	1	1	14
Lisboa	38	1	1	40
Loures	8	1	1	10
Mafra	2	1	1	4
Odivelas	10	1	1	12
Oeiras	13	1	1	15
Sintra	11	1	1	13
Vila Franca de Xira	1	1	1	3
			TOTAL	120

O Presidente da Mesa do Congresso Distrital

Nuno Miguel Firmo

28 de Maio de 2016

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL

“40 anos de Poder Local, uma História com Futuro”

Álvaro Amaro

Presidente da CPN dos Autarcas Social Democratas

Portugal num tempo de indefinição.

Portugal vive hoje um contexto político que é fortemente influenciado por uma dominante doutrínaria e ideológica que tem feito caminho em muitos dos países da Europa Mediterrânica.

Nas opções políticas prevalece a clivagem e a fratura como instrumento de afirmação de uma cultura acentuadamente de esquerda, sem preocupações de consensualização ou de abrangência nos variados sectores sociais. A sociedade pretensamente iluminada despreza os outros, os que representam a diferença e, nesse sentido, promove uma grave degradação da própria cultura democrática.

Mas, ao nível das instituições, é marcante a desresponsabilização. Quer se trate da responsabilidade perante os compromissos assumidos junto dos cidadãos, das organizações e dos agentes económicos e sociais, quer se trate dos compromissos livremente aceites e contratualizados na ordem externa. Induz-se a ideia de que o Estado tem responsabilidades apenas perante os seus cidadãos e que nenhum vínculo o condiciona na sua ação quer com as organizações que integra quer com os parceiros com que negocia, quer com as instituições com que partilha soberania.

O maniqueísmo das orientações políticas radicais procura gerar a ideia de que se é forte batendo o pé, confrontando tudo e todos e não respeitando os compromissos assumidos.

A verdade, no entanto, é que Portugal está no limiar do risco que levou a crises profundas na Grécia, não

permite a estabilização institucional em Espanha e, no contexto europeu, não permite resolver alguns dos graves problemas com que a União se confronta – um forte euroceticismo que ameaça a coesão atual, uma crise de liderança das instituições e uma falta de políticas coerentes para os desafios da crise económica e financeira, para os refugiados e para a afirmação internacional da Europa Comunitária-.

E Portugal está neste turbilhão, sem que se percebam orientações e estratégias claras.

O sistema de poder está sustentado numa aliança parlamentar em que a cultura radical é manifesta, em que as opções e orientações de governo se revelam fortemente condicionadas por essa esquerda mais radical, por um lado, e pelos sindicatos e pelas ruas, por outro, desequilibrando as relações de força institucionais que as políticas públicas devem representar.

Daí que o País necessite de duas instâncias de moderação dos impulsos de radicalização. Da presidência da República, numa posição supra-institucional e instância de conciliação da sociedade e dos interesses e de um poder local que se fixe na defesa dos cidadãos e das suas expectativas.

As próximas eleições autárquicas são, por isso mesmo, fundamentais para a dinâmica de crescimento do País, da sua coesão social e territorial e para qualificação da vida dos portugueses.

O poder local tem cumprido esse desígnio político. Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido,

respeitado e reconhecido, créditos que não devem ser desbaratados. E isso tem, em larga medida, a marca de quem, ao longo dos anos, teve a responsabilidade de gerir um poder local empreendedor, dinâmico e responsável.

A modernidade conquistou-se pela reivindicação de partilha de poder com a administração central e pela relação de identidade entre os autarcas e os cidadãos.

É ao poder local democrático e à sua gestão que se deve, em boa parte, o acesso aos equipamentos sociais, culturais e desportivos modernos, a renovação urbana nas aldeias, vilas e cidades de Portugal, a criação de redes de proteção social dos mais desfavorecidos, a promoção da equidade cívica, o estímulo aos investimentos e à industrialização das comunidades do interior, a identificação entre os cidadãos e os agentes políticos.

Como é também aos autarcas, e aos social democratas em particular, a atitude inconformista perante as desigualdades de tratamento das políticas públicas, a reivindicação permanente da igualdade de tratamento entre as várias regiões do País, a exigência por opções de discriminação positiva que transformem cada cidadão num igual entre os cidadãos.

As próximas eleições autárquicas vão exigir de todos um esforço acrescido para reafirmar a força do poder local, para reganhar a liderança nas autarquias portuguesas e para manter o rumo de progresso que o País tem vivido por impulso das opções reformistas da orientação social democrata.

Os ASD e os desafios eleitorais

O Partido Social Democrata, partido maioritário de uma coligação eleitoral, venceu as eleições legislativas, mas foi artificialmente afastado do poder, quebrando-se o consenso consolidado entre as forças europeístas e democráticas que foram as protagonistas da história da construção e da modernidade do País. Instalou-se, em Portugal, um governo de Assembleia com a aparência política de um governo coeso e de representação maioritária. Tal governo integra, de facto, uma anormalidade política – quem verdadeiramente governa (a extrema esquerda, as minorias fraturantes e os sindicatos) estão fora da responsabilidade política que endossaram, na íntegra, a um PS de António Costa em que a sede de poder é mais intensa que a dimensão de estado que os partidos responsáveis devem ter.

O PSD está na oposição.

Deve agora preparar-se para se bater nas eleições autárquicas para relançar o Partido na sua dimensão nacional.

Os Autarcas Social Democratas são, nas estruturas autónomas, aqueles que representam o exercício de um poder político próprio – o poder autárquico – fonte e expressão da dimensão nacional do PSD e da sua relação com os portugueses.

As próximas eleições autárquicas constituem, por isso, um desafio ao PSD e aos ASD que exige ponderação profunda e compromissos firmes:

- a) Na coordenação estratégica das opções eleitorais e da orientação política global, exigindo-se o apoio firme e sistemático das instâncias nacionais do PSD às candidaturas que vão disputar as eleições autárquicas.

- b) Na avaliação das candidaturas e do perfil dos candidatos que se devem identificar com as comunidades que pretendem servir e, principalmente, ser por elas reconhecidas.

- c) Na ativa solidariedade nas tarefas que as eleições autárquicas envolvem, mobilizando todos os quadros, todos os dirigentes e todos os meios na promoção das candidaturas a apresentar nas próximas eleições autárquicas.

- d) No reconhecimento de que o PSD tem de preparar o futuro, o seu e o do País e que esse futuro mais próximo é o desafio das eleições autárquicas.

- e) Na ideia de que o PSD tem de reencontrar na vitória eleitoral nas autárquicas a força que o possa levar ao poder e a liderar as opções políticas de Portugal.

Portugal tem de racionalizar a sua gestão territorial, e a isso os ASD se comprometem a contribuir.

Os Autarcas social democratas assumem o municipalismo como matriz essencial e fundamento da organização político-administrativa do País e fazem da coesão social e territorial uma meta e um desígnio do seu combate.

Porque, para os ASD, é determinante para se construir um país justo, equilibrado e equitativo, que se combatam os desequilíbrios regionais através da promoção de políticas públicas proactivas e de discriminação positiva, gerando igualdade de oportunidades e de condições a todos os portugueses, estejam onde estiverem no território nacional.

Os Autarcas Sociais Democratas entendem que a defesa do municipalismo não exclui, antes potencia, a

estruturação de níveis de organização administrativa que, integrada e sinergicamente, coordene processos, valorize investimentos, complemente ofertas de serviços e equipamentos, racionalize projetos e combata os desperdícios.

A coesão nacional só se alcança se, e quando, formos capazes de consolidar os equilíbrios entre as várias regiões e, numa lógica ordenada, que cada uma contribua para o País com as suas qualificações, recursos e potencialidades, eliminando estados de concorrência irracional que só consomem recursos e energias e nada acrescentam ao valor nacional.

Portugal não suporta, por muito mais tempo, o processo centralizador do poder.

Tem de encarar o desenvolvimento como um objetivo só alcançável com o combate à desertificação do interior, com uma estratégia de ordenamento territorial equilibrado, com políticas e medidas orientadas para a inclusão regional e não para a desigualdade.

Nada nem ninguém conseguirá um País solidário, mobilizado para os grandes valores nacionais, disposto à participação cívica e democrática, orgulhoso na sua identidade e afirmativo nos vários contextos externos, se não der prioridade à coesão nacional.

Quer se trate da coesão institucional, social, identitária ou territorial.

O PSD deve vincar, perante os portugueses, uma ideia nuclear – a de que não há poder central exercido com justiça, equidade e racionalidade se não tiver em conta a verdadeira potencialidade do poder local e não criar condições para o seu fortalecimento.

O que fazer para vencer os desafios?

Os Autarcas Social Democratas oferecem aos portugueses, a todos os portugueses, uma carta de intenções que se consolidam em compromissos e que podem contribuir para a valorização do poder local.

Uma carta de intenções que vincularão os seus candidatos e autarcas e que constituirão um juramento de honra e de palavra.

Os nossos candidatos e autarcas estarão na primeira linha do combate pelo reforço dos poderes e competências dos órgãos do poder local, que altere o quadro de relações entre este e o poder central, rompendo com a permanente e sistemática desvantagem política nessa relação.

Esse reforço de poderes, funções, competências e recursos do poder local, sustenta-se numa lógica de complementaridade vantajosa na gestão dos recursos e na concretização das políticas. O que está próximo é globalmente mais eficiente do que o que está distante.

Os nossos candidatos e autarcas estarão também no combate à injustiça de ser apontado ao poder local, em campanhas persistentes e infundamentadas, de juízos de responsabilidade por muito de mal que acontece no País e de imputação de má gestão dos municípios e freguesias. A verdade é que, na solidariedade entre as várias instâncias do poder, o central só tem recebido solidariedade, esforço e empenhamento na prossecução dos grandes desígnios nacionais, o que nem sempre tem sido correspondido na relação inversa.

Os nossos candidatos e autarcas não descansarão no objetivo político de que o PSD reconheça e valorize internamente a dimensão do poder local e a importância estratégica que representam candidaturas ganhadoras e de mérito.

Os nossos candidatos e autarcas representarão a disponibilidade para servir os cidadãos e os interesses das suas autarquias, no quadro dos interesses gerais da Nação, e corresponderão à melhor qualificação política associada ao mérito pessoal. Porque queremos garantir dimensões essenciais para as nossas candidaturas às próximas eleições autárquicas:

1. Rigor e critério na seleção do pessoal político e nos candidatos aos vários níveis autárquicos, quer nas suas qualidades de gestão e de desempenho técnico e político, quer nas suas referências éticas e morais que os tornem agentes exemplares da política e do partido.

2. Envolvimento e partilha das estruturas que melhor conhecem e referenciam potenciais candidatos nessa seleção e promoção, tendo sempre em conta que os melhores e mais qualificados devem merecer a prioridade dos decisores.

3. Evitar que uma candidatura a uma função política, como é a uma instância de poder local, possa ser uma mera exposição de vaidade ou um instrumento para se alcançar um estatuto.

4. Garantir que no combate político autárquico

estejam os mais nobres e combativos militantes e simpatizantes do Partido, porque é aí que o poder se conquista com mérito próprio e muitas vezes pessoal, pelo reconhecimento e proximidade que um autarca ou candidato a autarca estabelece com os seus concidadãos. Porque os autarcas não são nomeados. São eleitos. Ganham ou perdem os seus confrontos políticos democráticos utilizando, como armas, o seu saber, a sua respeitabilidade e o seu esforço.

5. Perceber que uma estratégia eleitoral autárquica de vitória deve saber conciliar as especificidades locais e os valores globais, o que pressupõe um conhecimento profundo das comunidades a que cada candidato se apresenta.

6. Evitar a imposição de candidaturas que revelem não ter ligação com as comunidades que pretendem servir nem mereçam destas o necessário reconhecimento político, pessoal e de mérito. O maior prejuízo político para um partido político é impor candidaturas com o único objetivo de acomodar fidelidades políticas ou de flagelar a liberdade de quem pensa autónoma e livremente.

7. Reconhecer que a intervenção dos ASD é, nessa dimensão, de uma importância decisiva na determinação dos perfis adequados, das candidaturas potenciais, do lançamento da preparação/formação dos candidatos e da coordenação das estratégias.

Valorizar o poder local, abrir ao futuro

O poder local democrático afirmou-se em Portugal, ao longo destes 40 anos, como uma das dimensões institucionais mais nobres do poder político e há, sobre isso, ideias consolidadas, e justamente consolidadas.

Falar em poder local é sinónimo, hoje, de maior eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão pública, de maior adequação dos programas e planos às necessidades reais e concretas dos cidadãos que servem, de uma instância de maior densidade e exercício democrático e de escrutínio da ação política.

Mas há ainda desafios que se colocam.

Desde logo, o reforço dos poderes próprios, ou delegados, das autarquias locais e a lógica de complementaridade com a administração central. Uma orientação estratégica que deve ser acompanhada de uma reforma equilibrada da administração pública que, potenciando o poder local, proceda à maior descentralização das decisões e à maior desconcentração dos serviços.

Outro desafio marcante é de natureza organizacional. A evolução e a o balanço das Comunidades Intermunicipais é positivo e demonstrou serem possíveis escalas superiores de gestão de projetos e recursos e uma boa

articulação e comunicabilidade de ação do Estado e das autarquias.

Essa avaliação poderá determinar a adoção de modelos de organização administrativa de nova dimensão e com competências bem definidas – o caso das regiões administrativas – reforçando a coordenação e equilíbrio dos processos e meios de desenvolvimento regional do País.

A questão central do poder local é, no entanto, a da delimitação das funções, poderes e competências. Exige-se que as autarquias locais sejam dotadas de novas funções em domínios em que manifestamente são mais eficientes que o poder central, nos mais variados domínios. Estão nessa linha de funções as eminentemente sociais, culturais, de gestão patrimonial, de prestação de serviços básicos, de infraestruturação de bens públicos, entre muitos outros que reforcem a relação de proximidade com os cidadãos.

Uma das consequências lógicas da delimitação de funções, dos poderes e das competências em domínios daquela natureza é a necessidade de redefinir o regime financeiro das autarquias, em particular o acesso às

fontes de financiamento e o quadro de responsabilidade da gestão financeira.

Deve rever-se o sistema de financiamento das autarquias, recuperando a sua capacidade de intervenção aos recursos disponíveis e às transferências financeiras da administração central.

Os recursos financeiros, técnicos e administrativos das autarquias devem dar prioridade aos programas de coesão social, da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos e para a preservação e defesa do ambiente.

A fase complexa de ajustamento da economia portuguesa e do controlo dos seus principais indicadores trouxe consequências negativas, necessárias e nunca escamoteadas, em alguns sectores da população portuguesa com maiores debilidades de qualificação.

A próxima geração de políticas autárquicas deve ajudar a dar respostas aos impactos sociais dos esforços de ajustamento dos últimos anos, assumir uma dimensão mais social e menos dirigida à infraestruturação, mais dirigida às pessoas e à coesão económica e social.

E, nesse domínio, se enquadra igualmente, a coesão nacional e territorial.

A coragem da mudança

O poder, para os Autarcas Social Democratas e para os que partilham a visão reformista do PSD, é uma oportunidade de mudança, ajustando e melhorando os mecanismos do seu exercício, modernizando os instrumentos e redefinindo objetivos.

As próximas eleições autárquicas são o tempo e a oportunidade para estimular a requalificação do poder autárquico e dar-lhe novos impulsos que os aproxime, ainda mais, das populações que serve.

Os desafios de hoje não são os desafios de ontem. Os objetivos e as respostas não podem ser os mesmos.

Por onde passa, então, a coragem da mudança?

Pela mobilização do debate político, que deve iniciar-se neste Congresso, sobre alguns dos temas relevantes para a afirmação do poder local, municípios e freguesias, e a sua dignificação institucional no nosso sistema de poderes.

A coragem de mudar o nosso sistema eleitoral, nele incluindo a lei eleitoral autárquica, que aponte no sentido da criação de condições de governabilidade das instâncias locais e aproxime o modelo do que vigora nas instâncias do poder central.

A mudança deve garantir a formação de executivos coesos e maioritários por parte de quem vence as eleições e, em contraposição, o reforço dos poderes de fiscalização que devem competir às Assembleias Municipais e de Freguesia.

Não se entende nem se aceita que o nosso sistema político estabeleça limitações de mandatos para algumas categorias de eleitos – o Presidente da República ou os Autarcas – e não o faça para outras. A revisão das regras de limitação dos mandatos é um objetivo que mobiliza os Autarcas Social Democratas, em respeito pelo princípio da igualdade e da defesa da não discriminação dos eleitos.

A coragem de exigir que qualquer processo de revisão da Constituição não se limite a consagrar a eleição direta dos Presidentes das Áreas Metropolitanas existentes. Qualquer revisão, a concretizar-se, deve ter em conta a totalidade das instâncias do poder local e garantir a igualdade de tratamento. Os princípios e as regras são para todos e não apenas para alguns, para as 2 áreas

metropolitanas em concreto.

A coragem para cumprir o que a própria Constituição da República já determina, ou seja, a implantação da regionalização administrativa no País através do processo referendário. Os ASD entendem que é tempo de ultrapassar os bloqueios políticos gerados com um modelo desajustado de organização territorial que bloqueou o processo no passado, estando hoje assumida a coincidência das regiões administrativas com as atuais Comissões de Coordenação Regional.

O referendo à regionalização, que a Constituição prevê, é a melhor solução para a racionalização administrativa do País.

A coragem para exigir políticas que equilibrem o desenvolvimento do País, que invertam a tendência suicidária para o agravamento das desigualdades regionais e sociais, que apliquem medidas de discriminação positiva que garantam patamares de coesão essenciais à unidade nacional.

O País deve garantir a instalação de serviços do Estado por todo o território, de forma articulada e racional, como fatores de fixação de pessoas e empresas e como polo de animação da atividade económica local.

A descentralização e a desconcentração têm custos. Entendemos, no entanto, que eles são bem menores do que os custos sociais, de segurança, de bem-estar e ambientais, de pressão demográfica e de desertificação a que conduz a indiferença na ponderação dos benefícios.

A atração de investimento para o interior do País não deve ser um esforço assumido apenas pelas autarquias, e que muito têm feito nesse sentido. Nem apenas pela infraestruturação que, por si só, não alimentam a economia. São as pessoas que o fazem. É ao poder central que compete agir sobre a globalidade do País e induzir políticas que favoreçam o fim das assimetrias regionais de desenvolvimento e a litoralização dos recursos e das pessoas.

Impõe-se o reforço do Conselho de Concertação Territorial. É o órgão político de promoção da consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas infra estaduais, no plano regional e local e foi

criado através de Resolução do Conselho de Ministros do anterior Governo. É fundamental institucionalizar em Lei da Assembleia da República o Conselho de Concertação Territorial para o reforçar e melhorar o seu funcionamento e importância.

Coragem para definir regras de transição do poder, evitando o fluxo de entradas e saídas de quadros e dirigentes da administração pública, sempre ocorrem mudanças de governo.

A distinção entre cargos de confiança política e de natureza técnica tem de ser bem assumida. Porque a confiança política não se limita à natureza pessoal ou partidária, mas estende-se à confiança funcional, em que há responsabilidade pela execução das decisões das tutelas.

O País não deve ser sujeito ao espetáculo público do “entra e sai”. A lei deve estabelecer, sem os alçapões das exceções, o que ocorre nas transições de poder, operando automaticamente e sem polémica pública. Em concreto, o que cai e quem cai quando muda o governo.

É, assim, imperioso fomentar um acordo de regime que seja materializado em lei, que defina claramente quais os cargos dirigentes e outros altos funcionários da administração pública que cessam imediatamente o seu mandato em função de mudança de governo e aqueles que não são afetados por estas mudanças. Não é prestigioso nem para o estado, nem para os dirigentes, nem para a política, aquilo a que se assiste. A solução assumida pelo anterior governo de coligação - instituição da CRESAP - é um ponto de partida, que agora deve ser aprofundado, tendo em vista um acordo alargado.

Reforma relacionada com o património do Estado que permita acabar com a confusão que grassa sempre que uma autarquia quer usufruir de edifícios do Estado localizados no seu concelho. Tem que haver uma reforma que privilegie a cedência às autarquias da utilização do património do Estado devoluto e abandonado que se encontra por todo o país, trazendo vantagens imediatas no que respeita à conservação do património e também para a dinamização de atividades locais.

Uma História com Futuro

Nenhum outro partido tem ligações tão enraizadas no Poder Local como o PSD. Na freguesia mais pequena ou no maior dos municípios, muitos deram a cara pelas suas convicções e pelas suas populações. Desde 1976, muitas mulheres e homens protagonizaram um grande impulso e os primeiros sinais do que haveria de ser este partido, um grande partido do Poder Local.

Desde 1976 o PSD já liderou Câmaras Municipais por 1489 vezes.

Desde 1976 o PSD já elegeu 8497 vereadores.

Desde 1976 o PSD já elegeu 30.240 membros de assembleias municipais.

Desde 1976 o PSD elegeu 145.280 membros das assembleias de freguesia.

O PSD já elegeu mais do que 180.000 mulheres e homens para a construção de um Portugal mais próximo e justo.

Mais nenhum partido tem esta dimensão.

Os Autarcas Sociais Democratas assumem os valores, princípios e compromissos que definem nesta moção de orientação política como pilares de um programa eleitoral

global para as próximas eleições autárquicas.

São regras de referência que não podem, nunca, excluir o que cada um dos nossos candidatos às Câmaras e Assembleias Municipais e às Assembleias de Freguesia transportará para os seus concidadãos.

Os ASD querem reganhar o poder local, confirmar a relação dos seus autarcas com os cidadãos e contribuir para o reforço democrático na gestão autárquica.

Para isso, temos os melhores.

30 de maio de 2016